



## Plenário terá decisão final sobre CPI dos Tribunais

Após ouvir a Consultoria Legislativa e a Advocacia do Senado, o presidente da Casa, Davi Alcolumbre, decidiu arquivar o requerimento para a abertura da CPI dos Tribunais Superiores.

No entanto, ele resolveu levar a questão a Plenário, que dará a palavra final. A Comissão de Constituição e Justiça também deverá se manifestar sobre o assunto. Não há prazo para a deliberação.

A CPI se destina a investigar supostas irregularidades e atos de improbidade praticados por integrantes do Poder Judiciário. **3**

# Assinatura de TV poderá ser cancelada por internet

Projeto passou ontem no Plenário, que também aprovou a garantia para que candidatos não aprovados em vestibular possam acessar notas

O Plenário do Senado aprovou ontem projeto que garante aos usuários de TV por assinatura o direito de cancelar contratos por telefone ou por internet.

Também foi aprovada proposta que autoriza candidatos não aprovados em vestibular para cursos de graduação a ter acesso às suas notas ou aos indicadores de desempenho em todas as provas, exames e demais atividades de seleção. Eles também poderão saber sua posição na ordem de classificação final.

Os dois projetos são da Câmara e, como não foram alterados pelo Senado, seguem direto para sanção. **3**



Jefferson Rudy/Agência Senado

Entre Jaques Wagner, Randolfe Rodrigues (em pé) e Marcos do Val (D), Davi Alcolumbre comandou a sessão no Plenário

## Defesa da mulher dá o tom na entrega do Diploma Bertha Lutz

Geraldo Magalhães/Agência Senado



Produtora de biscoitos Tia Naninha (5ª à esq.), uma das agraciadas, entre senadoras Rose (E), Leila, Mailza, Soraya, Kátia, Zenaide, Selma, Eliziane e Simone

O Diploma Bertha Lutz foi entregue ontem no Plenário a 23 mulheres de vários segmentos da sociedade e ao ex-presidente do Supremo Tribunal Federal Carlos Ayres Britto. Eles foram homenageados por se destacarem em defesa dos direitos da mulher.

A escolha dos agraciados foi feita pelas 12 senadoras. Ayres Britto foi condecorado por sua atuação institucional para a efetivação da Lei Maria da Penha.

Foram agraciadas *in memoriam* a vereadora carioca Marielle Franco, assassinada no Rio de Janeiro no ano passado, e a atriz Bibi Ferreira. **2**

### Brasil terá novo embaixador no Paquistão **8**

### Ministro da Saúde fala em audiência pública hoje **7**

### Colegiado recebe Ricardo Salles, do Meio Ambiente **6**

### País vai investir em gás natural, diz titular de Minas e Energia

O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, disse ontem que, entre as prioridades da pasta, estão o aprimoramento das leis sobre segurança de barragens e o aumento da competitividade do gás natural. **4**

### Sergio Moro e Paulo Guedes devem ser ouvidos hoje

Os ministros Sergio Moro, da Justiça, e Paulo Guedes, da Economia, são esperados hoje para debates com os senadores em audiências públicas: Moro na Comissão de Constituição e Justiça, e Guedes, na de Assuntos Econômicos. **4**

### Novo sistema de capitalização será assunto de debate

Quem arcará com os custos de transição do atual regime de repartição para o de capitalização, previsto na proposta de reforma da Previdência? A questão será de tema de audiência pública da Comissão de Assuntos Econômicos. **5**

### União pode ter de repassar recursos para combater drogas

A Comissão de Assuntos Econômicos aprovou ontem em decisão final projeto que determina à União o repasse aos municípios de pelo menos 70% do Fundo Nacional Antidrogas. O texto já pode ser enviado à Câmara. **7**



Daniella Ribeiro concede o diploma a Laissa Polyanna, agraciada pelo ativismo a favor das pessoas com deficiência

## Entrega do Bertha Lutz exalta avanços da pauta feminina

Comenda foi dada ontem a 23 mulheres de diversos segmentos da sociedade brasileira, algumas *in memoriam*, e ao ex-ministro do Supremo Carlos Ayres Britto, por sua luta pela Lei Maria da Penha

EM CERIMÔNIA NO Plenário, 23 mulheres de diversos segmentos da sociedade receberam ontem o Diploma Bertha Lutz. Em meio a elas, um homem recebeu a comenda: o ex-ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Carlos Ayres Britto foi homenageado por sua atuação institucional para a efetivação da Lei Maria da Penha (Lei 11.340, de 2013) no campo jurídico, especialmente quando ocupou a presidência do STF em 2012. A escolha dos homenageados foi feita pelas 12 senadoras.

A sessão foi aberta pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre, que relacionou o legado de Bertha Lutz à atual luta das mulheres. Ele disse que a cientista e deputada da primeira metade do século 20 deixou marcas profundas também no campo social, pois a partir da década de 20, abraçou a luta pela emancipação das mulheres na educação, na política, na pesquisa e na cultura. Rose de Freitas (Pode-ES) lembrou a atuação de Bertha Lutz como deputada federal, entre 1936 e 1937.

— Bertha Lutz transcendeu seu tempo. Quando analisamos os projetos nos quais ela

trabalhou, parece que ela é uma parlamentar de hoje. Ela atuou em educação, maternidade, trabalho e infância. Na área trabalhista, defendeu a equiparação salarial entre homens e mulheres, denunciou o trabalho infantil e estava no pioneirismo da militância pela licença-maternidade.

Homenageada, a auditora-fiscal Maria Lucia Fatorelli, coordenadora da Auditoria Cidadã da Dívida, agradeceu o Senado pelo reconhecimento ao trabalho desenvolvido por sua entidade.

— A dívida pública consome 40% do orçamento da União e afeta orçamentos de estados e municípios, em benefício de credores sigilosos — disse.

Para outra premiada, a promotora de Justiça Maria Gabriela Manssur, criadora do site Justiça de Saia, a civilidade de uma sociedade se mede pela liberdade das mulheres.

Também receberam a comenda a reitora da Universidade de Brasília (UnB), Marcia Abrahão; as juízas Hermínia Azoury e Iracy Manguiera; a primeira mulher a ser governadora no país (do Acre, em 1986), Iolanda Fleming; a advogada e ex-deputada Helena Heluy;

a cantora sertaneja Delaniinha; a procuradora de Justiça Jacequara Dantas; e a produtora de biscoitos do Tocantins Ana Benedita Cerqueira (Tia Naninha). Outras homenageadas foram a estudante Laissa Polyanna, de 12 anos, que tem atrofia muscular espinhal (AME), e a camelô Leiliane Rafael, que salvou a vida de um caminhoneiro em 11 de fevereiro, no acidente causado pela queda do helicóptero que tirou a vida do jornalista Ricardo Boechat, em São Paulo.

*In memoriam*, foram homenageadas a tenista campeã do Torneio de Wimbledon, na Inglaterra, Maria Esther Bueno; a poetisa Leide Moreira; Fabiane Maria de Jesus (linchada e morta em 2014 após falsa acusação); a educadora Margarida Lemos; as médicas Eudésia Vieira e Laélia de Alcântara (também ex-senadora); a violonista Helena Meirelles; a primeira mulher a ser eleita prefeita no país, Alzira Soriano, em 1928, em Lajes (RN); a professora Heley Batista, que salvou a vida de 25 crianças em 2017 numa creche em Janaúba (MG), durante um incêndio criminoso; a vereadora Marielle Franco; e a atriz Bibi Ferreira.

## Congresso instala hoje comissões para quatro MPs

Está prevista para hoje a instalação das comissões mistas que analisarão quatro medidas provisórias, em audiências a partir das 14h30. Nas reuniões serão eleitos o presidente e o vice-presidente de cada colegiado.

As comissões mistas são formadas por deputados e senadores. Em seguida, um dos membros da comissão é designado relator. Aprovado o parecer, a MP segue para votação no Plenário da Câmara e, em seguida, no Plenário do Senado. Caso o Senado altere o texto aprovado pelos deputados, a MP volta para análise da Câmara.

VEJA A A LISTA DAS MPS CUJAS COMISSÕES DEVEM SER INSTALADAS ANTES DO FIM DE MARÇO		
Medida provisória	Assunto	Tranca a pauta desde
MP 866/2018	Autoriza a criação da empresa pública NAV Brasil Serviços de Navegação Aérea S.A.. Vinculada ao Ministério da Defesa, a NAV tem como objetivo implementar, administrar, operar e explorar a infraestrutura destinada à navegação aérea.	17 de março
MP 867/2018	Estende até 31 de dezembro o prazo para adesão ao Programa de Regularização Ambiental pelo proprietário ou possessor inscrito no Cadastro Ambiental Rural.	21 de março
MP 868/2018	Transfere à Agência Nacional de Águas (ANA) a regulamentação dos serviços de distribuição de águas e coleta de esgotos. O texto incorpora pontos da MP 844/2018, que facilitava a privatização de empresas de saneamento.	21 de março
MP 869/2018	Cria a Autoridade Nacional de Proteção de Dados, cujo conselho diretor é composto por cinco integrantes.	21 de março

## Davi diz que exonerações são normais em novas administrações

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, afirmou ontem que as exonerações na Casa, publicadas no *Diário Oficial da União*, significam uma “oxigenação” da equipe. No total, foram mais de 150 exonerações, processo considerado natural em uma nova administração.

— Estamos construindo no Senado uma nova administração. Naturalmente faremos a oxigenação da equipe, em uma relação natural de uma gestão. Nomeia-se e exonera-se todos os dias no *Diário Oficial* — afirmou.

Ele disse ter incumbido o vice-presidente da Casa, Antonio Anastasia (PSDB-MG), de apresentar uma proposta de reformulação do Regimento Interno do Senado e estabelecer um novo modelo administrativo de gestão na Casa. Com isso, novas exonerações, e também nomeações, devem ocorrer.

— Em cada momento a imprensa e a sociedade serão informadas. A Mesa do Senado, sob a minha presidência, vai escolher quadros qualificados para me ajudarem na gestão.

Davi também comentou a aprovação, pela Câmara, da proposta que torna o Orçamento impositivo para as emendas de bancadas estaduais em até 1% da receita corrente líquida realizada no ano anterior (PEC 2/2015), de autoria do deputado Hélio Leite (DEM-PA).

### Ações específicas

As emendas de bancada são as apresentadas por deputados e senadores de cada estado e têm como objeto ações específicas naquela unidade da Federação.

— Ter a possibilidade de apresentar junto ao Orçamento da União recurso para construir uma escola, para fazer uma avenida, para construir um hospital ou uma creche é fundamental para o fortalecimento do exercício do mandato eletivo e para melhorar a vida das pessoas — afirmou Davi.

Ele disse ainda que a proposta de emenda constitucional terá seu “total e irrestrito apoio” e que espera que os líderes partidários aprovelem o texto o mais rapidamente possível no Senado.

### AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



- CAS Ministro da Saúde**  
9h Debate com Luiz Henrique Mandetta.
- CCT Radiodifusão comunitária**  
9h Entre 17 itens, 12 dizem respeito a outorgas para radiodifusão comunitária.
- CDR Nordeste e Vale do São Francisco**  
9h Audiência para debater prioridades e ações da Sudene e da Codevasf.
- MOBILIDADE URBANA Instalação**  
9h Instalação e eleição de presidente e vice de subcomissão temporária.
- CCJ Ministro da Justiça**  
10h Audiência com Sergio Moro para detalhar o pacote anticrime.
- CRA Criadores de ovelhas e cabras**  
11h Entre 5 itens, o PLC 107/2018, que institui incentivos para criadores de ovelhas e cabras. Após, escolha da política pública a ser avaliada em 2019.
- CAE Ministro da Economia**  
14h Audiência com o ministro da Economia, Paulo Guedes, para debater endividamento dos estados e repasses da Lei Kandir.

- PLENÁRIO Sessão deliberativa**  
14h PEC que permite que bombeiros e PMs acumulem cargos deve passar por mais uma sessão de discussão.
- CMA Ministro do Meio Ambiente**  
14h30 Audiência com o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles.
- MP 858/2018 Alcântara Cyclone Space**  
14h30 Análise de relatório.
- MP 866/2018 Navegação aérea**  
14h30 Instalação e eleição de presidente e vice.
- MP 867/2018 Regularização ambiental**  
14h40 Instalação e eleição de presidente e vice.
- MP 868/2018 Saneamento básico**  
14h50 Instalação e eleição de presidente e vice.
- MP 869/2018 Proteção de dados**  
15h Instalação e eleição de presidente e vice.
- MP 859/2018 FGTS para hospitalais**  
15h10 Instalação e eleição de presidente e vice.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

### AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

• Alô Senado: 0800 612211

• Acompanhe: • Portal e-Cidadania: [senado.leg.br/ecidadania](http://senado.leg.br/ecidadania)

• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia\\_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

• TV: [senado.leg.br/TV](http://senado.leg.br/TV)

# Cancelar assinatura de TV ficará mais fácil

Senado aprovou ontem projeto que garante o cancelamento por telefone ou internet. Também foi aprovado texto para dar acesso às notas de vestibular ao candidato não aprovado

O PLENÁRIO APROVOU ontem projeto que permite aos usuários de TV por assinatura cancelar os contratos por telefone ou via internet e texto que garante ao candidato não classificado em vestibular para curso de graduação a ter acesso a suas notas ou indicadores de desempenho em todas as provas, exames e demais atividades de seleção, além da sua posição na ordem de classificação final. As duas propostas não foram alteradas e seguem para sanção.

Da deputada Flávia Moraes (PDT-GO), o PLC 131/2015 altera a Lei da Comunicação Audiovisual de Acesso Condicionado (Lei 12.485, de 2011), para permitir que o cancelamento, hoje previsto em normas infralegais, seja assegurado por lei. O objetivo é aumentar a segurança jurídica aos usuários de serviços de TV por assinatura.

A senadora Eliziane Gama (PPS-MA) disse que o projeto pode pôr fim a atos de desrespeito ao consumidor, que chega a ficar mais de uma hora



Ao lado de Humberto Costa (E), Davi comunicou ao Plenário a decisão dos líderes para desarquivar 144 projetos

falando ao telefone na tentativa de fazer o cancelamento. Assim como ela, o senador Weverton (PDT-MA) se disse favorável ao projeto.

— Os consumidores muitas vezes são extorquidos por esses serviços intermináveis, que dão toda a facilidade para a pessoa entrar, mas quando a pessoa quer cancelar eles montam um sistema burocrático para tentar ganhar o máximo de tempo possível com o consumidor ali sendo

forçado a utilizar o serviço — afirmou.

Já o projeto que trata da divulgação dos resultados de processos seletivos de acesso a cursos superiores de graduação (PLC 42/2015), do deputado Diego Andrade (PSD-MG), foi relatado na Comissão de Educação (CE) pelo senador Paulo Paim (PT-RS), que atuou em substituição à ex-senadora Sandra Braga. Para Paim, a divulgação dos dados apenas dos classificados não

seria suficiente para assegurar a necessária transparência e controle dos processos seletivos. Por isso, o projeto torna obrigatória a disponibilização dos resultados a todos.

Ontem também, o Plenário fez a terceira sessão de discussão da proposta de emenda à Constituição que autoriza militares dos estados e do Distrito Federal a exercerem de forma cumulativa funções nas polícias e corpos de bombeiro militares e cargo

de professor ou de profissões regulamentadas na saúde. A PEC 141/2015, do ex-deputado Alberto Fraga, ainda passará por mais duas sessões de debates antes da votação em primeiro turno. Depois, terá mais três sessões para então ser votada em segundo turno.

## Desarquivamento

Por decisão dos líderes partidários anunciada pelo presidente da Casa, Davi Alcolumbre, o Senado aprovou, por votação em bloco, requerimentos para desarquivar 144 propostas.

Os projetos são de autoria dos senadores Alvaro Dias (Pode-PR), Ciro Nogueira (PP-PI), Esperidião Amin (PP-SC), Humberto Costa (PT-PE), Kátia Abreu (PDT-TO), Paulo Paim (PT-RS) e Randolfe Rodrigues (Rede-AP).

No total, são 299 requerimentos para desarquivar textos no Senado. No entanto, nos casos em que os pedidos não são dos próprios autores, será necessária a apresentação de um novo projeto.

## Decisão final sobre CPI dos Tribunais será do Plenário

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, arquivou ontem o requerimento de criação de uma comissão parlamentar de inquérito sobre a cúpula do Poder Judiciário. Ele argumentou que parte dos fatos usados para justificar a criação da CPI estavam fora dos limites da fiscalização do Senado. O requerimento tinha 29 assinaturas, duas a mais do que o mínimo necessário.

Davi recorreu da própria decisão para o Plenário, que decidirá se mantém ou se reverte o arquivamento. A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) se manifestará sobre o assunto. Não há prazo para essa deliberação.

A CPI pretendia investigar irregularidades no trabalho de ministros dos tribunais superiores. A justificativa do requerimento, do senador Alessandro Vieira (PPS-SE), destacou casos de juízes atuando em processos para os quais deveriam se declarar suspeitos ou impedidos, exercendo atividade comercial simultânea à atuação na magistratura, recebendo pagamento por palestras para escritórios de advocacia, revertendo liminares em “tempo recorde”, abusando de pedidos de vista e até recebendo propina.

Segundo Davi, alguns dos fatos alegados continham vícios, pois se tratavam de atos jurisdicionais: decisões próprias da atividade do Judi-

ciário, que não podem sofrer interferência do Legislativo. A presença desses atos inviabiliza o requerimento, segundo o entendimento do presidente, mesmo que outros possam ser considerados razoáveis.

— O recebimento parcial, com aceitação de alguns itens e rejeição de outros, implicaria o fatiamento do requerimento. Nessa hipótese, estaria o presidente do Senado substituindo a vontade dos subscritores, que o assinaram em sua integralidade. Não é possível afirmar que as mesmas assinaturas seriam apostas se o requerimento contivesse apenas alguns fatos e não outros — explicou.

A decisão foi embasada em pareceres da Consultoria Legislativa e da Advocacia do Senado. Davi observou que ainda há a possibilidade de se fazer um novo requerimento, excluindo os fatos viciados.

Alessandro apresentou uma questão de ordem para que a Presidência da Casa aponte os fatos incontroversos do requerimento. Ele disse que a decisão de Davi confirma que alguns dos fatos originais são pertinentes para a criação de uma comissão.

— Passa a ser apenas uma questão de tempo. Se temos fato e assinaturas, devemos ter CPI — afirmou.

O senador também insistiu na manutenção do seu requerimento. Ele encaminhou

um recurso à CCJ para que o documento seja aceito parcialmente. Até o arquivamento, nenhuma assinatura foi retirada. Alessandro também denunciou uma “pressão” contra os senadores que apoiaram o seu requerimento, feita, segundo ele, por ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), agentes do Executivo e setores do empresariado.

— Sou responsável pela minha assinatura e prezo por ela — disse Major Olimpio (SP), um dos apoiadores do requerimento e líder do PSL na Casa.

Já o líder do governo, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), se manifestou contra a instalação da CPI.

— O Congresso está incumbido de votar reformas econômicas e não pode arriscar uma outra crise institucional.

Para o líder do PT, Humberto Costa (PE), já existem instâncias de controle externo que podem fazer a investigação. Entre os signatários da CPI, apenas Roberto Rocha (PSDB-MA) disse que, numa segunda oportunidade, não apoiaria o pedido, mas manteve a assinatura no requerimento original. Carlos Viana (PSD-MG) sugeriu que, mesmo com o arquivamento da CPI por ora, o Senado peça ao STF e ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) uma resposta oficial sobre os pontos reunidos no requerimento.

## Senadores reagem a orientação para comemorar o golpe de 64

Vários senadores criticaram ontem a orientação de Jair Bolsonaro para que as Forças Armadas comemorem em 31 de março os 55 anos do golpe militar de 1964. A data marca a derrubada do governo de João Goulart e a instauração do regime militar no Brasil.

Randolfe Rodrigues (Rede-AP) classificou a atitude do presidente da República como “provocação”. O senador sublinhou o equilíbrio e o compromisso com a democracia dos comandantes militares, incluindo o ministro da Defesa, Fernando Azevedo e Silva, e pediu que as Forças Armadas não atendam ao pedido.

Para o senador, o assunto já foi objeto de conciliação nacional, nos anos 80, e a celebração do golpe seria o mesmo que os alemães comemorem a ascensão de Adolf Hitler.

— A democracia permite que se defenda uma ditadura. Mas em uma ditadura não é possível defender a democracia — afirmou Randolfe.

Eduardo Braga (MDB-AM) destacou seu respeito e admiração pelas Forças Armadas. Porém, o senador também criticou a orientação para comemorar o golpe de 1964.

Na opinião de Eliziane Gama (PPS-MA), a medida seria uma desmoralização para as Forças Armadas, que ficariam vinculadas a um período que



Braga elogiou Forças Armadas, mas criticou possível celebração

“precisamos esquecer”.

Já Major Olimpio (PSL-SP) afirmou que sempre houve um evento cívico-militar em 31 de março no país. O senador disse que o que alguns chamam de golpe militar foi “uma contrarrevolução para evitar que milhões de vidas brasileiras fossem ceifadas”. Ele chamou a ex-presidente Dilma Rousseff de guerrilheira e disse que foi ela quem orientou não se fazer mais referência ao evento de 1964. Segundo Major Olimpio, a Comissão Nacional da Verdade, instalada em 2011 para investigar as violações de direitos humanos cometidas no regime militar, não investigou os crimes de guerrilheiros.

— Que sejam punidos os que se excederam e valorizados os que deram a sua vida lutando em defesa da sociedade.

# Gás e mineração são prioridades para Ministério de Minas e Energia

Na Comissão de Infraestrutura, ministro Bento Albuquerque deu prazo de dois anos para incluir Roraima no sistema interligado de energia

O APRIMORAMENTO DAS leis e normas que tratam da segurança de barragens, a estruturação da Agência Nacional de Mineração (ANM) e o aumento da competitividade do gás natural estão entre as prioridades do Ministério de Minas e Energia (MME), segundo o ministro Bento Albuquerque.

Em audiência ontem na Comissão de Infraestrutura (CI), Albuquerque informou que o MME foi responsável por aproximadamente um terço das receitas do governo federal em 2018, com a arrecadação de impostos na ordem de R\$ 74 bilhões. No balanço que apresentou aos senadores sobre os seus 90 dias à frente da pasta, o ministro afirmou que todas as ações do MME têm sido acompanhadas por órgãos fiscalizadores, como o Tribunal de Contas da União.

Segundo o ministro, a demanda de investimentos, somente no setor elétrico, chega à soma de R\$ 400 bilhões até 2027. Ele sinalizou que o Brasil crescerá nessa área, porque tem condições de promover o desenvolvimento sustentável, dentro de matrizes limpas. De acordo com Albuquerque, a parcela renovável da oferta de energia no país deverá chegar a 48% nesse período.

— É um setor muito bem estruturado, mas precisamos sempre aprimorá-lo, com sustentabilidade e segurança jurídica e regulatória — afirmou.

O ministro apontou como outro desafio para o setor é equalizar o fornecimento de energia para Roraima, já que desde o começo de março a



Ministro Bento Albuquerque e senadores Marcos Rogério, presidente da comissão, e Wellington Fagundes, vice

Venezuela está descumprindo contrato firmado com o Brasil para esse fim. Albuquerque informou que um leilão para contratação de fontes renováveis e híbridas, marcado para maio, ajudará a resolver parte da questão.

O senador Telmário Mota (Pros-RR) cobrou o início das obras para a inclusão de Roraima no Sistema Interligado Nacional e questionou Bento Albuquerque sobre a possibilidade de levar termoeletricas da Eletronorte do Amapá para Roraima, a fim de evitar os constantes apagões no estado.

O ministro respondeu que dois anos é o prazo para a conclusão da interligação da linha de transmissão entre Manaus e Boa Vista e disse que estudos para a transferência das térmicas a óleo de Macapá para Roraima já estão em andamento.

Ainda segundo o ministro, o governo está viabilizando o

projeto de Angra 3, em Angra dos Reis (RJ), cuja potência instalada chega a 1.405 gigawatts. Ele disse acreditar que a obra dará mais segurança energética ao sistema nacional, além de reduzir o acionamento de térmicas de maior custo.

## Gás natural

O ministro também explicou que apesar de o Brasil ser responsável por 75% da produção de gás natural, a rede de transporte no país é insuficiente. São apenas 9,4 mil quilômetros de dutos, enquanto países como a Argentina dispõem de 28,9 mil quilômetros, disse. Ao informar que a necessidade de investimentos na área é da ordem de R\$ 50 bilhões até 2030, Albuquerque defendeu a abertura do mercado e disse que tem atuado para atrair investimentos e aumentar a integração entre o comércio de

gás natural e o setor elétrico.

O senador Fabiano Contarato (Rede-ES) disse que o governo tem sido omissos na fiscalização de garimpos e no monitoramento de barragens. Ao citar os desastres ambientais nos municípios mineiros de Mariana (2015) e Brumadinho (2019), ele afirmou que o poder público tem agido com “uma omissão penalmente relevante” nos aspectos criminal, administrativo e civil.

— O Poder Executivo tem que cumprir o dever de casa, garantindo a preservação do principal bem jurídico, que é o respeito à integridade física das pessoas — afirmou.

Bento Albuquerque respondeu que o Estado tem ferramentas legais e institucionais para cumprir seu papel e que o ministério está atento ao tema. Ele destacou, no entanto, que o monitoramento desses reservatórios acontece de maneira colegiada.

## Jaques Wagner cobra mais ajuda a Moçambique

Jaques Wagner (PT-BA) informou que protocolou requerimento ontem pedindo que o Brasil aumente a ajuda humanitária às vítimas do ciclone em Moçambique, no dia 15, que deixou 700 mortos e milhares de desabrigados.

— O Brasil, por enquanto, só se limitou a anunciar, no dia 22, o repasse de apenas 100 mil euros a Moçambique por meio de um fundo solidário ainda a ser criado, no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, da qual Moçambique também faz parte.



Jaques Wagner/Agência Senado

## Lasier quer rapidez na Previdência e no pacote anticrime

A reforma da Previdência é inadiável, disse Lasier Martins (Pode-RS), mas o pacote anticrime, apresentado pelo ministro Sergio Moro, também é prioritário, informou.

— Eu diria que estão ali, na Câmara, as duas maiores prioridades do país: a reforma da Previdência e o projeto anticrime do ministro Moro, haja vista que nós não conseguimos ainda nos livrar de uma criminalidade que se dissemina dia a dia por todo o Brasil. É preciso, então, que haja uma legislação que regule melhor e que puna melhor — afirmou o senador.



Lasier Martins/Agência Senado

## Ministros Paulo Guedes e Sergio Moro serão ouvidos hoje em comissões

O ministro da Economia, Paulo Guedes, participa de audiência hoje na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Inicialmente a reunião seria realizada em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos (CDH).

— Quero discutir a Previdência e eu soube que lá [na audiência da CAE] vai ser discutido o pacto federativo e a questão da Lei Kandir. Isso não quer dizer que eu não vou lá, mas eu queria discutir Previdência. Tenho receio que eles digam depois “eu já discuti Previdência com o Paim lá”. Eu vou insistir com ele que eu quero discutir Previdência — afirmou o presidente da CDH, Paulo Paim (PT-RS).

Desde o início do ano, a CDH tem feito uma série de

audiências públicas sobre a reforma da Previdência. Segundo Paim, de todas as audiências já realizadas, não houve um representante do governo para defender a aprovação da proposta.

Já a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) ouvirá, também hoje, o ministro da

Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro, que confirmou presença na audiência pública prevista para começar às 10h. Ele dará explicações sobre as diretrizes e prioridades da pasta. Um dos temas a serem abordados pelos parlamentares é o pacote anticrime, apresentado pelo ministro em

fevereiro. São três projetos (PL 881/2019, PL 882/2019 e PLP 38/2019, aguardando análise da Câmara) que modificam 14 leis, entre elas o Código Penal (Lei 2.848, de 1940) e o Código de Processo Penal (Decreto-Lei 3.689, de 1941) em assuntos como regras de legítima defesa e prisão após condenação em segunda instância, criminalização da prática de caixa dois e mudanças na legislação eleitoral, entre outros.

Há um impasse no Congresso sobre a viabilidade de aprovação dessas propostas ao mesmo tempo em que deputados e senadores lidam com a Reforma da Previdência. Em declarações anteriores, Moro disse acreditar ser possível aprovar ambas as propostas.



Guedes falará na Comissão de Assuntos Econômicos e Moro, na CCJ



Sergio Moro/Agência Senado

# Governo precisa explicar Previdência, conclui debate

Senadores e convidados de audiência sobre impactos da reforma do setor para os servidores públicos disseram que é preciso que membros do Executivo justifiquem e detalhem a proposta apresentada

A COMISSÃO DE Direitos Humanos (CDH) e outros colegiados aguardam que o governo defenda a proposta de reforma da Previdência entre os senadores e faça o contraditório nos debates, afirmou o senador Paulo Paim (PT-RS). A reclamação foi feita durante audiência da CDH sobre o impacto da reforma (PEC 6/2019) para os servidores públicos.

— O governo só está falando com a grande imprensa, mas é no Congresso que se dá o debate. Temos aqui líderes do movimento sindical, dos servidores, dos aposentados, dos trabalhadores. Mas onde está o governo para explicar essa reforma? É por isso que até este momento ela é tida como indefensável— disse.

Para Styvenson Valentim (Pode-RN), as pessoas até aceitarão fazer um sacrifício para sanear os cofres da Previdência, mas antes precisam entender qual é esse sacrifício e o benefício resultante.

— Estamos ouvindo um lado só, mas o Congresso precisa entender todos os lados e saber o que a população quer.

O presidente da Federação Nacional dos Auditores e Fiscais de Tributos Municipais,



Paim (C) comandou o debate de ontem na Comissão de Direitos Humanos

Célio Fernando de Souza, sugeriu a realização de um plebiscito sobre a PEC. O senador Flávio Arns (Rede-PR) concordou que ainda faltam dados.

— Falta a gente pegar item por item da proposta do governo e ver o que já tem, o que pode melhorar. Não tem que aprovar em dois meses. É preciso dialogar.

## Sonegação

O representante da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Unafisco), Mauro José Silva, afirmou que o governo justificou a PEC dizendo que precisa ter mais R\$ 1 trilhão

em 10 anos. A solução, avaliou, é fechar o cerco contra os sonegadores. Ele lembrou que o combate às fraudes já está na proposta do governo: seriam R\$ 76 bilhões em 10 anos.

— Esse trilhão que se quer pode ser conseguido se a sonegação for combatida de maneira firme. Temos uma sonegação de R\$ 230 bilhões por ano. Se 30% forem cobrados, elevará a arrecadação em R\$ 68 bilhões por ano.

Além disso, afirmou, a Receita admite que a concessão reiterada de programas de parcelamento de débitos (Refis) diminui a arrecadação em R\$ 11 bilhões por ano, ou R\$ 110 bilhões em 10 anos.

## Sistema de capitalização será avaliado em audiência

O custo da transição do atual modelo de Previdência Social, de repartição, para o de capitalização, como propõe o governo na PEC 6/2019, será discutido na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O requerimento para a audiência foi aprovado ontem, mas ainda não há data definida.

Segundo o autor do pedido de debate, Rogério Carvalho (PT-SE), os cofres públicos podem sofrer com os custos de transição. No sistema de repartição, em vigor, os integrantes do mercado de trabalho atual bancam os benefícios dos aposentados com os recolhimentos à Previdência e, quando se aposentam, têm seu benefício pago com o dinheiro recolhido dos trabalhadores em atividade. No novo sistema proposto, de capitalização, serão descontados dos salários dos trabalhadores recursos que formarão uma espécie de poupança individual, para ser usufruída na aposentadoria.

— Isso altera o conjunto das contas públicas, porque modifica o regime financeiro do sistema previdenciário, atualmente constituído pela arrecadação oriunda das

contribuições e outras fontes de receita, visando assegurar o pagamento das obrigações, os benefícios — explicou.

## Organização

Outro debate aprovado discutirá os impactos para a economia da entrada no Brasil na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), organização internacional integrada por 36 países considerados desenvolvidos, e a consequente perda de status de país em desenvolvimento na Organização Mundial do Comércio (OMC). A ideia foi debatida na recente visita do presidente da República, Jair Bolsonaro, aos Estados Unidos e apoiada pelo presidente americano, Donald Trump, mas precisa ser confirmada pelo Congresso.

Para a audiência, foram convidados o ex-ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e ex-senador Armando Monteiro e o ex-ministro da Fazenda Rubens Ricupero, entre outros. O autor do requerimento é o Jean Paul Prates (PT-RN).

Ele pediu ainda a instalação

de um inquérito administrativo ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) para analisar as tarifas aéreas, o preço dos combustíveis e os impostos de aviação do Rio Grande do Norte.

Outro requerimento aprovado convida o presidente do BNDES Joaquim Levy a expor as metas e diretrizes do governo voltadas para a atuação do banco. Também será convidado a apresentar as metas do Banco do Nordeste (BNB) o presidente da instituição, Romildo Carneiro Rolim. Os dois pedidos são de Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB).

Os senadores também vão debater a política de preços do gás de cozinha, que vem sofrendo reajustes trimestrais desde janeiro de 2018.

## Subcomissão

A CAE aprovou a criação de uma subcomissão temporária, com cinco integrantes titulares e cinco suplentes, para em 120 dias analisar a legislação sobre a gestão das cadeias produtivas como instrumento do desenvolvimento econômico local e regional. A iniciativa também é de Rogério.

## Senadores criticam criação de grupo sobre tributos de cigarro

Vários senadores comentaram ontem em Plenário a portaria do Ministério da Justiça e da Segurança Pública que cria um grupo de trabalho para avaliar “a conveniência e oportunidade da redução da tributação de cigarros fabricados no Brasil”.

Assinada pelo ministro Sergio Moro, a portaria tem como objetivo diminuir o consumo de cigarros contrabandeados.

José Serra (PSDB-SP) destacou que, segundo estimativas da Organização Mundial da Saúde (OMS), morrem mais de 145 mil pessoas no Brasil por ano devido a doenças decorrentes do hábito de fumar.

— Parece uma medida absolutamente equivocada, contraproducente e que vai elevar o consumo de tabaco no Brasil — disse o senador.

Para Simone Tebet (MDB-MS), uma possível redução no preço dos cigarros legais fabricados no Brasil seria fruto de um lobby ilegítimo.

— Nós só acabamos com o tráfico, com o contrabando, fazendo uma frente de combate na segurança pública, nas nossas fronteiras.

Para Rogério Carvalho (PT-SE), a criação do grupo de trabalho é “uma provocação a todos os brasileiros”.

— No momento em que a

gente diz que há um déficit nas contas públicas, que o país vive uma crise fiscal e quer cortar a aposentadoria rural, quer desatrelar o salário mínimo do Benefício de Prestação Continuada, o governo propõe cortar um imposto.

Para Zenaide Maia (Pros-RN), é difícil acreditar que o governo queira reduzir os impostos sobre cigarros enquanto mantém os altos impostos sobre medicações.

Marcelo Castro (MDB-PI) destacou que o principal causador do câncer de pulmão é o tabagismo, que também está ligado a infartos, derrames, aneurismas e outras doenças que impactam o Sistema Único de Saúde (SUS).

Eliziane Gama (PPS-MA) sugeriu a redução de impostos sobre gasolina, medicamentos e internet, e Humberto Costa (PT-PE) observou que o preço do cigarro é determinante para aumentar ou reduzir o consumo.

Já Luis Carlos Heinze (PP-RS) defendeu a criação do grupo. Ele afirmou que o Brasil cobra, em média, 71% de imposto sobre o cigarro, enquanto o Paraguai cobra 18%.

Segundo Heinze, mais da metade do cigarro consumido no Brasil é contrabandeado.



Serra alerta para riscos da possível redução de impostos sobre tabaco

## Líderes da Câmara prometem mudanças em texto de reforma

Nota oficial assinada por líderes de onze partidos da Câmara dos Deputados que se posicionam contra a inclusão do Benefício Assistencial de Prestação Continuada (BPC) e da aposentadoria rural na proposta de reforma da Previdência (PEC 6/2019) foi lida ontem em Plenário por Paulo Paim (PT-RS).

Os líderes do PSDB, DEM, PP, PR, PRB, PSD, PTB, Solidariedade, MDB, Podemos e PPS consideram que qualquer reforma previdenciária deve ter como princípio maior a proteção aos pobres e mais vulneráveis e, por isso, decidiram retirar do texto “a parte que trata de forma igual os desiguais e penaliza quem

mais precisa”.

— Essa nota é forte, é dura e necessária — disse Paim.

A PEC 6/2019 prevê a desvinculação do BCP (destinado a pessoas com deficiência ou com idade superior a 65 anos que vivem em estado de reconhecida miserabilidade) do valor do salário mínimo. A proposta não atinge pessoas com deficiência, que continuarão a receber o salário mínimo, mas prevê o pagamento de benefício conforme a idade da pessoa.

Outra medida criticada é a idade mínima para aposentadoria de trabalhador rural. Hoje é preciso apenas ter 15 anos de contribuição, com dispensa em alguns casos.

# Debatedores cobram ação sobre cursos a distância

Em audiência ontem na Comissão de Transparência, representantes de estudantes e de universidades particulares pediram ao MEC providências para inibir a atuação irregular de instituições de ensino

REPRESENTANTES DE ESTUDANTES e de universidades particulares cobraram do Ministério da Educação (MEC) providências para inibir a atuação irregular de instituições de ensino a distância (EAD). Eles também pediram auxílio a vítimas, que agora não conseguem ter seus diplomas validados, depois de anos de dedicação ao curso superior. O assunto foi debatido ontem na Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC).

O líder do Movimento Diploma Legal, João Victor Catunda, defendeu uma solução viável para os alunos para que não tenham anos de estudos jogados no lixo.

— No Brasil, já são mais de 200 mil prejudicados, e o ministério vai deixar esse número chegar até quanto? — indagou Catunda.

O presidente da Associação Brasileira dos Estudantes de Educação a Distância (ABE-EAD), Ricardo Holz, disse que já ofereceu ajuda ao MEC para o recebimento de denúncias, mas, segundo ele, o órgão poucas vezes aproveitou a ajuda.

— São os alunos que reportam os problemas com mais agilidade. Por omissão ou outros fatores, o Estado vem falhando na fiscalização.

O assessor de Regulação da Associação Nacional das Universidades Particulares, Gustavo Fagundes, disse que a situação também prejudica empresas sérias que decidiram investir no setor.



Cunha (3º à esq.) preside o debate: 200 mil estudantes lesados no país

— O segmento tem todo o interesse que haja regularidade na situação de todos. O MEC tem ferramentas de monitoramento, mas precisa também aprimorar suas políticas de supervisão — opinou.

## Legalidade

A diretora de Supervisão da Educação Superior do MEC, Leiliane Antunes Soares, afirmou que a atual gestão tem comprometimento com a transparência e a legalidade. Segundo ela, desde 2017 a atividade de supervisão tem passado por aprimoramentos normativos.

— O ministério atua nas instituições. Muitas delas abrem polos com novas ofertas e não nos comunicam. São quadrilhas agindo, atuando por todo o país, emitindo diplomas de forma irregular.

O presidente da CTFS, Rodrigo Cunha (PSDB-AL), afirmou que em Alagoas há evidências de que cerca de 20 mil alunos dos municípios de Piranhas, Penedo e Pão de Açúcar têm diplomas inválidos, porque es-

tudaram em cursos a distância oferecidos por instituições que só tinham autorização para atuar presencialmente. Em Pernambuco, há mais de 80 mil prejudicados, disse. Segundo o senador, um agravante da situação pode estar em uma resolução do MEC, que permite que os diplomas expedidos por instituições não universitárias sejam registrados por universidades credenciadas, independentemente de autorização prévia do Conselho Nacional de Educação.

— Diante das denúncias de registro irregular de diplomas por parte de algumas universidades, não seria o momento de o Conselho Nacional de Educação assumir as rédeas e a responsabilidade nessa cadeia de modo a inibir novos problemas?.

Rodrigo concordou com sugestões apontadas por alguns dos debatedores para aplicação de um exame de proficiência. Assim, o aluno apto poderia ser aceito por outra instituição ou mesmo ter seu diploma validado.

# Ministro do Meio Ambiente participa de audiência

A Comissão de Meio Ambiente (CMA) vai ouvir hoje o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, que apresentará diretrizes e programas prioritários do ministério para 2019 e para os próximos anos.

O requerimento é do senador Fabiano Contarato (Rede-ES).

O ministro tem defendido a fiscalização da atuação de ONGs na Amazônia, como também prevê a medida provisória que estabelece a

organização dos órgãos da Presidência e dos ministérios.

A MP 870/2019 determina que a Secretaria de Governo monitore e supervisione ONGs e organismos internacionais que atuam no país.

# Segue para Plenário projeto que incentiva concursos literários

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) aprovou ontem um projeto que prevê a realização de concursos literários para estimular a descoberta de novos autores. O PLC 95/2017, que segue para o Plenário, altera a Política Nacional do Livro (Lei 10.753, de 2003).

Para o relator, Styvenson Valentim (Pode-RN), a iniciativa estimula a produção literária regional e nacional.

“A realização de concursos literários, de âmbito nacional e regional, configura medida eficaz para melhorar as oportunidades de autores na

publicação e disseminação de seus textos”, justifica no relatório.

A CE aprovou ainda o PLC 106/2018, que denomina Rodovia Zilda Arns Neumann o trecho da BR-369 entre a cidade de Bandeirantes (PR), e a divisa com São Paulo. Médica pediatra e sanitarista, Zilda Arns fundou, em 1983, a Pastoral da Criança. O relator foi Flávio Arns (Rede-PR), sobrinho da homenageada.

— Ao longo de sua vida, ela dedicou-se a auxiliar as comunidades mais necessitadas do Brasil e de outros países da América Latina, Ásia e África.

# Angelo Coronel comemora Dia do Cacau, celebrado ontem, e pede apoio à Ceplac

O Dia do Cacau, comemorado oficialmente ontem, foi lembrado em Plenário pelo senador Angelo Coronel (PSD-BA).



A produção do fruto foi um dos responsáveis pelo crescimento econômico da Bahia. O senador também pediu aten-

ção para o trabalho da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac).

— Se não for feito nenhum esforço para a preservação da Ceplac, a humanidade perderá o maior acervo científico em agricultura tropical do planeta — disse.

# Girão é contra proposta sobre venda de bebidas alcoólicas nos estádios do Ceará

O senador Eduardo Girão (Pode-CE) pediu em Plenário a mobilização da sociedade cearense para impedir a aprovação



de projeto que permite a venda de bebidas alcoólicas nos estádios e arenas desportivas do Ceará. A proposta, em

análise na assembleia legislativa, tem o objetivo de aumentar a arrecadação de impostos.

— Tal fundamento faz questão de dar as costas para os enormes custos sociais trazidos pelo consumo de álcool — afirmou.

# Kajuru apresenta PEC que torna Fundeb permanente, com recursos do petróleo

Jorge Kajuru (PSB-GO) anunciou em Plenário a apresentação PEC que torna permanente o Fundeb. O senador lem-



brou que o fundo atende todas as etapas da educação básica com a distribuição de dinheiro da União, dos estados e dos

municípios.

— Achei por bem manter a cesta de recursos componentes do fundo, que passará a incluir percentual dos recursos provenientes da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração do petróleo.

## MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Davi Alcolumbre  
**Primeiro-vice-presidente:** Antonio Anastasia  
**Segundo-vice-presidente:** Lasier Martins  
**Primeiro-secretário:** Sérgio Petecão  
**Segundo-secretário:** Eduardo Gomes  
**Terceiro-secretário:** Flávio Bolsonaro  
**Quarto-secretário:** Luis Carlos Heinze  
**Suplentes de secretário:**  
 Marcos do Val, Weverton,  
 Jaques Wagner e Leila Barros

**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

## SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretora:** Angela Brandão  
**Coordenadora-geral:** Ana Lucia Romero Novelli  
**Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

## SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Flávio Faria  
**Coordenador-geral:** Sílvio Burre  
**Coordenação de Cobertura:** Paola Lima  
**Serviço de Reportagem:** Sheyla Assunção  
**Serviço de Fotografia:** Leonardo Sá  
**Serviço de Arte:** Bruno Bazílio

# Jornal do Senado

**Editora-chefe:** Fernanda Vidigal

**Edição e revisão:** Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer

**Diagramação:** Claudio Portella, Ronaldo Alves e Sandro Alex

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

# Câncer colorretal é prevenível, diz debatedora

Diagnóstico precoce da doença e necessidade de equipar a rede pública de saúde foram discutidos ontem em audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais

O DIAGNÓSTICO PRECOCE associado a tratamentos de saúde eficazes e à disseminação de hábitos saudáveis são fundamentais para a redução da incidência de câncer colorretal, segundo os especialistas ouvidos ontem em audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

De acordo com os profissionais da área, é preciso ainda aumentar o conhecimento da população sobre o câncer colorretal, muitas vezes confundido com outras doenças, e equipar a rede pública de saúde para promover o tratamento devido.

A presidente do Instituto Oncoguia, Luciana Holtz, disse que a doença é totalmente prevenível, mas chamou a atenção para as limitações do Sistema Único de Saúde (SUS) diante dos 36 mil novos casos de câncer colorretal verificados por ano. Segundo ela, há uma demanda reprimida, causada pela falta de equipamento, por exames de colonoscopia, que são usados para localização e eventual retirada de lesões antes da formação de tumores.



Presidente do Instituto Oncoguia, Luciana Holtz fala em audiência pública dirigida pela senadora Maria do Carmo

O câncer de intestino abrange os tumores que se iniciam na parte do intestino grosso chamada cólon e no reto (final do intestino, imediatamente antes do ânus). Também é conhecido como câncer de cólon e reto ou colorretal.

— Não temos no Brasil uma política de rastreamento de câncer no intestino e temos uma fila imensa para pessoas com sinais e sintomas. Não

esqueçamos disso tudo — afirmou

Ela lembrou a importância de combater a obesidade e o sedentarismo como fatores de risco para o câncer colorretal.

Para o vice-presidente para Relações Nacionais e Internacionais da Sociedade Brasileira de Oncologia Clínica, Gustavo Fernandes, a colonoscopia é uma “oportunidade quase única” de reduzir a incidência

de câncer, mas os recursos no SUS são distribuídos de forma desigual.

— De cada 10 pessoas com a doença, 8 vão ser curadas pela cirurgia. É uma cirurgia rápida e eficiente, que não tem um grande custo para o SUS — destacou.

Fernandes salientou a importância do diagnóstico precoce por meio da pesquisa de sangue nas fezes, antecedendo

a eventual convocação do paciente para a colonoscopia. Para isso, segundo ele, é preciso haver uma estrutura e um encadeamento de ações. Fernandes apoiou políticas como a mudança do padrão de alimentação na escola, que poderão apresentar impacto positivo em 20 ou 30 anos.

O diretor do Departamento de Atenção Especializada do Ministério da Saúde, Marcelo Campos Oliveira, citou estatísticas que apontam o câncer colorretal como a quarta principal causa de mortes no mundo. Ele admitiu que a rede de saúde pública é heterogênea, há muito a avançar sob a nova administração e é preciso combater desperdícios e más práticas.

— Há muita coisa bem-feita no SUS, mas é preciso lapidar. É preciso reconhecer o que foi feito com êxito, enxergar as deficiências e trabalhar as soluções em conjunto — definiu.

A reunião foi realizada a requerimento de Humberto Costa (PT-PE) e Maria do Carmo Alves (DEM-SE), que presidiu a audiência.

## Ministro da Saúde apresenta programas da pasta na Comissão de Assuntos Sociais

O ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, participa hoje, às 9h, de audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Ele deve apresentar uma proposta para a substituição do Programa Mais Médicos por outra ação de governo.

Mandetta vai discutir ainda o financiamento do setor de saúde e a formação de profissionais em atendimento à saúde da família e à saúde

comunitária.

Os autores do requerimento do debate são os senadores Romário (Pode-RJ), presidente do colegiado, e Rogério Carvalho (PT-SE).

### Emendas

Durante a audiência, o ministro vai apresentar o aplicativo Emendas Parlamentares. Com a plataforma, senadores e deputados federais serão notificados pelo celular quando

houver empenho, pagamento e publicação de emendas no *Diário Oficial da União (DOU)*. O objetivo do Ministério da Saúde é simplificar a pesquisa de dados, beneficiários e propostas. O programa poderá ser baixado nas versões Android e IOS.

Outro assunto que deve ser debatido é o modelo de atuação complementar da União para a atenção básica em serviços de saúde.



Romário, que pediu a audiência, preside a Comissão de Assuntos Sociais

## Município poderá ter repasse para combate a drogas

A União deverá repassar às prefeituras pelo menos 70% dos recursos do Fundo Nacional Antidrogas (Funad). É o que determina projeto aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Caso não haja recurso para votação em Plenário, o PLS 304/2016 seguirá para a Câmara dos Deputados.

Segundo a proposta, apresentada pelo ex-senador José Agripino, o repasse ocorrerá em parcelas semestrais, nos meses de janeiro e julho de cada ano, e a divisão do dinheiro será feita conforme os mesmos critérios usados para a distribuição do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). A intenção é reforçar o combate às drogas ilícitas.

Ao justificar a iniciativa, Agripino cita estudo divulga-

do em 2012 por pesquisadores da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). Conforme o levantamento, o Brasil tinha à época 2,6 milhões de usuários de crack e cocaína, sendo metade deles classificados como dependentes.

“Os recursos do Fundo Nacional Antidrogas têm ficado concentrados em ações da União, enquanto o problema das drogas precisa receber a atenção conjunta e coordenada de todas as unidades da Federação, em especial dos municípios”, justifica Agripino no projeto.

O relator, Otto Alencar (PSD-BA), recomendou a aprovação da proposta, destacando a relevância social do enfrentamento da dependência química.

Apesar da aprovação, se-

adores lamentaram a baixa probabilidade de que o dinheiro chegue efetivamente aos municípios. O presidente da CAE, Omar Aziz (PSD-AM), observou que existem 280 fundos criados para reforçar políticas públicas, mas a maior parte dos recursos é contingenciada pelo governo federal.

— Fundos foram criados para retirar dinheiro do estados e municípios, colocando à disposição do governo federal. Virou regra gastar apenas 5% dos fundos — apontou Omar.

Angelo Coronel (PSD-BA), Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) e Confúcio Moura (MDB-RO) apoiaram o projeto, mas criticaram o fato de sucessivos governos terem adotado o contingenciamento de recursos como instrumento de ajuste fiscal.

## Plínio: aumento dos medicamentos sacrifica os idosos

Plínio Valério (PSDB-AM) criticou o reajuste anual dos preços dos medicamentos. O senador disse que os idosos são os mais sacrificados com os aumentos do preço dos remédios. De acordo com Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa (Interfarma), o aumento este ano será de 4,46%.

— Remédio é bom negócio, como o prova a permanente expansão das redes de farmácias. Para os brasileiros que arcam com esses gastos, são um custo igualmente crescente, com o qual muitos não podem mais conviver, com o qual muitos não podem arcar.



Jefferson Rudy/Agência Senado

## Arns se manifesta contra municipalizar saúde indígena

Flávio Arns (Rede-PR) cobrou ontem diálogo do Ministério da Saúde com as comunidades indígenas em relação à proposta do governo de municipalizar a saúde indígena.

A proposta de extinção da Secretaria de Saúde Indígena e de municipalização desse serviço provocou a ocupação da prédio do Ministério da Saúde pelos índios em Curitiba, disse o senador.

— Os manifestantes cobram diálogo, uma vez que a proposta de alteração da política de atenção à saúde indígena não foi debatida junto às comunidades — afirmou.



Jefferson Rudy/Agência Senado

# Para debatedores, fim de empresa no Maranhão favorece programa espacial

Especialistas disseram que parceria do Brasil com a Ucrânia foi realizada em 2003 e extinta em 2015 sem nenhum lançamento de foguetes

A EXTINÇÃO DA empresa binacional Alcântara Cyclone Space (ACS) e a retomada da área por ela ocupada, no litoral do Maranhão, favorecerão a retomada do programa espacial brasileiro, afirmaram ontem os participantes de audiência sobre a medida provisória que extinguiu a ACS, de capital brasileiro e ucraniano. O debate ocorreu na comissão mista que analisa a MP 858/2018, presidida pelo senador Roberto Rocha (PSDB-MA).

Para alguns debatedores, a extinção da empresa em parceria com a Ucrânia permitirá a execução de novos projetos e o aumento da competitividade do Brasil no setor. O relator da MP, deputado Hugo Leal (PSD-RJ), se mostrou favorável à aprovação em parecer apresentado em 19 de dezembro de 2018,.

A ocupação da área destinada à ACS favorecerá sobretudo a implantação de novos projetos aeroespaciais, disse o presidente da Agência Espacial Brasileira (AEB), Carlos Augusto Teixeira de Moura.

— Já temos uma infraestrutura muito forte, capital humano e uma indústria de razoável capacidade de competir no exterior em determinados nichos. Alcântara e o Maranhão merecem uma nova oportunidade de redespertar para o espaço.



Julio Semeghini fala em debate comandado por Roberto Rocha (2º à esq.)

Moura disse que o Brasil começou a atuar na área espacial nos anos 60, com outros pioneiros que hoje são líderes no setor, como Índia, França e China.

— O Brasil evoluiu de lá para cá, somos usuários do meio satelital, seja no nível individual ou em aparelhos que usam GPS. Somos grandes compradores de produtos fabricados por outros países. O programa espacial brasileiro existe, mas em termos de aplicação de interesse público, não chegou tão próximo. Nossa indústria espacial não conseguiu um nível de sustentabilidade tão bom como na indústria aeronáutica.

Ele ressaltou que o centro de lançamento de satélites de Alcântara foi feito para atender o mercado global.

— O projeto do lançador

brasileiro sofreu revezes, o empreendimento do centro está incompleto, mas há interesse de investir na área. Para isso é preciso liberar a área ocupada pela ACS. Há [previsão de] 350 bilhões de dólares ao ano em lançamentos. Há demanda concreta de lançadores de pequeno porte e empresas que vêm surgindo no mercado para explorar esse filão. Há demanda — afirmou.

## Insegurança jurídica

O secretário-executivo do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Julio Semeghini, também defendeu a MP. Ele disse que o Brasil, embora não tenha obtido êxito, tentou durante dois anos obter a interrupção amigável do projeto, ainda no governo Dilma Rousseff.

— Caso não seja aprovada a

MP, haverá insegurança jurídica em relação à extinção da empresa, fragilizando o Brasil nos fóruns internacionais de arbitragem e interrompendo o processo de inventariança em curso, o que pode comprometer futuras parcerias comerciais — afirmou.

Representante do Ministério da Defesa, o brigadeiro-doutor José Vagner Vital disse que a medida provisória possibilitará a devolução de patrimônio ao Comando da Aeronáutica.

A ACS foi criada a partir de tratado firmado com a Ucrânia, em 2003, para o lançamento de foguetes Cyclone-4 para transporte de satélites. Porém, nenhum lançamento foi feito, apesar de o Brasil ter investido quase meio bilhão de reais no projeto. A cooperação entre os dois países foi cancelada em 2015.

A MP 858/2018 determina que a União suceda a empresa extinta em seus bens, direitos e obrigações contraídos e situados em território brasileiro, bem como nas ações em tramitação no Poder Judiciário. Também define o processo de inventariança para apurar gestão de passivos e ativos da empresa, como forma de favorecer um acerto de contas transparente com a Ucrânia.

A medida teve o prazo de vigência prorrogado até 2 de maio.

## Senado aprova indicação de embaixador do Brasil no Paquistão

O Plenário aprovou ontem a indicação de Olyntho Vieira para o cargo de embaixador do Brasil no Paquistão. Com sua indicação, aprovada por 69 votos favoráveis, 1 contrário e 1 abstenção, Vieira passa a acumular a chefia das representações diplomáticas junto ao Tadjiquistão e ao Afeganistão.

Sabatinado na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) no dia 14, Vieira relatou aos senadores que o

Paquistão tem manifestado interesse em iniciar negociações comerciais com o Mercosul. O país também sinaliza a possibilidade de que empresas brasileiras de processamento de alimentos se instalem em zonas econômicas especiais. Além disso, o Paquistão detém gigantescas reservas de carvão praticamente inexploradas, que, se transformadas em energia, equivaleriam a 50 bilhões de barris de petróleo.

— Podemos explorar esta riqueza em conjunto com o Paquistão. O potencial energético deles é superior ao que se conhece hoje de Arábia Saudita e Venezuela somados.

## Intercâmbio

O Paquistão é o sexto país mais populoso do mundo, com 204 milhões de habitantes. É uma república islâmica, com mais de 96% da população composta por muçulmanos,

sendo 85% sunitas e 12% xiitas.

O intercâmbio comercial com o Brasil, em 2017, foi de US\$ 660 milhões, com superavit de aproximadamente US\$ 551 milhões para o Brasil. Os principais produtos exportados foram soja, algodão e óleo de soja. Os itens que lideram as importações são instrumentos e aparelhos médicos, odontológicos e veterinários, tecidos de algodão e equipamentos para atividade física.

## Desenvolvimento da Região Nordeste será tema de audiência

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) debate hoje, às 9h, prioridades de quatro instituições criadas para promover a economia do Nordeste. Devem participar representantes da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do

São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs) e do Banco do Nordeste do Brasil (BNB). Também são esperados o superintendente da Sudene, Mário Gordilho, a gerente de Gestão Estratégica da Codevasf, Maria Clara Netto, e o presidente do BNB, Romildo Rolim.

## Ministros da Ciência e Tecnologia e da Agricultura podem ser ouvidos

A Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) vai se reunir hoje, às 9h, para votar requerimentos de Chico Rodrigues (DEM-RR), que convidam o ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Marcos Pontes, e a ministra da Agricultura, Tereza Cristina.

No Requerimento, o senador

solicita audiência pública, em conjunto com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), para que o ministro apresente dados do Acordo de Salvaguardas Tecnológicas (AST), que permite os Estados Unidos e outros países lançarem satélites a partir do Centro Espacial de Alcântara, no Maranhão.

## Para Rodrigues, embate entre os Poderes é vaidade

As polêmicas entre membros dos Poderes Legislativo e Executivo não solucionam os problemas do país, disse ontem Chico Rodrigues (DEM-RR). Para o senador, essas brigas apenas alimentam vaidades. O momento é de serenidade para que se chegue ao denominador comum a respeito das reformas que tramitam no Congresso, disse.

— Esses projetos deveriam ser recepcionados de uma forma serena, equilibrada. Não precisamos assinar embaixo do que foi apresentado, mas que não ficasse esse fogo das vaidades e a sociedade esperando uma decisão.

## Jayme Campos pede fundo de amparo a mulheres agredidas

Jayme Campos (DEM-MT) defendeu o projeto que prevê a criação do Fundo Nacional de Amparo às Mulheres Agredidas (PLS 109/2012). O objetivo do fundo é assegurar às vítimas de violência doméstica o pagamento de um salário mínimo por um ano. O fundo será constituído pelo valor de 10% das multas penais, explicou. O senador defendeu também o PL 1729/2019, que proíbe a nomeação de pessoa condenada por crime de violência doméstica contra mulheres para ocupar qualquer cargo público da administração direta, indireta e das estatais, enquanto perdurarem os efeitos da pena.

## Lucas Barreto cobra solução para crise de estados e municípios

As mudanças propostas para a Previdência não são suficientes para equilibrar as contas públicas dos estados, afirmou Lucas Barreto (PSD-AP). O senador defendeu a busca de uma solução de curto prazo para os caixas dos governos estaduais e municipais.

Barreto cobrou do Congresso, especialmente do Senado, a discussão e a análise de proposições que possam assegurar mais dinheiro para os estados, como a que regulamenta a compensação, devida pela União aos estados, decorrente da isenção do ICMS prevista na Lei Kandir para exportação de produtos.



Waldemir Barreto/Agência Senado



Jefferson Ruy/Agência Senado



Jefferson Ruy/Agência Senado